



Foto: Roberto Stukert Filho



“Vou lutar até a minha última força pela lei de partilha”

E aí, gestores da Petrobrás? Ficou claro?

A FUP participou no último dia 13 da reunião que a presidente da República, Dilma Rousseff, realizou no Palácio do Planalto com mais de 50 entidades representativas dos movimentos sindical, social e estudantil. O coordenador da Federação, José Maria Rangel, entregou pessoalmente a ela a pauta política que os petroleiros apresentaram à Petrobrás, cobrando a suspensão da venda de ativos, a manutenção dos investimentos no país e a defesa incondicional das atuais regras de exploração do pré-sal (foto).

A presidente Dilma foi enfática ao falar diretamente para os petroleiros que acompanhavam a reunião: “Eu estou aqui olhando para o povo da FUP e quero dizer a eles que

enquanto eu for presidente, eu vou lutar até as minhas últimas forças para manter a Lei de Partilha”. Ela também fez questão de ressaltar a importância dos investimentos que o país recebeu, em função da política de conteúdo nacional, possibilitando transformar “a riqueza do petróleo numa riqueza da sociedade”.

O pronunciamento da presidente Dilma coloca em xeque o modelo de gestão neoliberal que Aldemir Bendine e seus conselheiros vêm tentando aplicar na Petrobrás. Enquanto todas as petrolíferas brigam pelo pré-sal, a diretoria da empresa não esboça uma única reação para defender a posição de operadora única e manter a garantia de participação mínima nos futuros

projetos exploratórios. Como Pilatos, Bendine continua lavando as mãos diante do PLS 131.

O presidente do Conselho de Administração da Petrobrás, Murilo Ferreira, já chegou até a declarar que é a favor da flexibilização das regras de exploração do pré-sal. Outro conselheiro da empresa, Roberto Castelo Branco, foi além e revelou recentemente em uma palestra que o regime de partilha é “danoso aos interesses da Petrobrás e aos do Brasil”. Se a presidente da República, que representa o Estado e, portanto, o acionista controlador da Petrobrás, disse com todas as letras que não irá alterar a lei do pré-sal, cabe aos gestores da empresa seguirem a mesma linha. Ou será que continuarão fazendo ouvidos de mercador?

Resistência que faz a diferença!

O mês de agosto começou repleto de desafios e lutas para os petroleiros. A volta das atividades no Congresso Nacional, após duas semanas de recesso parlamentar, foi marcada por intensas mobilizações contra o PLS 131 e o desmonte da Petrobrás. A FUP e seus sindicatos deram o recado logo assim que os senadores e deputados desembarcaram no aeroporto de Brasília: ninguém entrega o pré-sal, nem a Petrobrás!

Com seus uniformes laranja, reafirmando o orgulho de trabalharem na maior empresa do país, os petroleiros têm demonstrado que disposição de luta é o que não falta à categoria. Seja nos locais de trabalho, nas ruas ou no Congresso, continuarão a postos, enfrentando os entreguistas de cabeça erguida. Os senadores que defendem o projeto de José Serra sentiram a pressão e adiaram por três vezes a instalação da Comissão Especial que analisará a proposta de mudanças nas regras de exploração do pré-sal.

No último dia 12, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB/AL), impediu, arbitrariamente, o acesso dos dirigentes da FUP à Casa e, numa clara demonstração de autoritarismo, alterou, por conta própria, a composição da Comissão



No retorno do recesso parlamentar, a FUP e seus sindicatos receberam os senadores no aeroporto de Brasília, com uma grande manifestação no dia 04 contra o PLS 131. O senador Aloysio Nunes (PSDB) reagiu ao protesto com xingamentos. O vídeo da FUP que registrou a irritação do tucano viralizou nas redes sociais, levando o senador a chamar os petroleiros de vagabundos.



No dia 10, durante visita à Assembleia Legislativa de Santa Catarina, o senador José Serra (PSDB) foi recebido pelos dirigentes da FUP e do Sindipetro-PR/SC com faixas e gritos de guerra contra o PLS 131, de sua autoria. Inconformado com o protesto, um deputado tucano agrediu um dos petroleiros, que registrou queixa na delegacia local.



No dia 11, a FUP e diversas entidades sindicais, estudantis e dos movimentos sociais participaram do Ato em Defesa da Democracia, da Educação e da Petrobrás no auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados Federais. Um manifesto em defesa do pré-sal e da Petrobrás foi apresentado ao presidente do Senado, Renan Calheiros, logo após o ato.

para privilegiar o bloco parlamentar que é favorável ao PLS 131. Além disso, impôs a nomeação de Ricardo Ferraço (PMDB/ES) para a Relatoria, senador que já se posicionou favorável à proposta entreguista de Serra, quando foi relator do projeto na CCJC.

A briga, portanto, será dura e, mais do que nunca, dependerá da capacidade de mobilização e de resistência dos petroleiros. O que está em disputa no Congresso Nacional é o controle e a destinação da maior reserva de petróleo do planeta. Estudos recentes apontam que o pré-

sal tem ainda mais de 170 bilhões de barris de petróleo para serem explorados. O PLS 131 é apenas o primeiro passo para alterar o regime de partilha e abrir o caminho para a entrega deste tesouro às multinacionais, como Serra prometeu à Chevron, em 2009.

Renan não conseguirá calar os petroleiros



Em suas manobras para favorecer os setores que apoiam mudanças nas regras do pré-sal,

o presidente do Senado, Renan Calheiros, tem se espelhado em seu colega de partido, Eduardo Cunha, que preside a Câmara dos Deputados como se fosse um ditador. Assim como ele, Renan está ultrapassando todos os limites do cargo que ocupa e atropelando reiteradamente o processo democrático para fazer passar o PLS 131. De forma autoritária, ele barrou o acesso da FUP e de seus assessores ao

Senado, descumprindo o habeas corpus que garantiu à Federação o direito de acompanhar as sessões e votações do projeto.

O objetivo é tentar calar os petroleiros, como Renan ousou fazer no dia 17 de julho, quando mandou a polícia parlamentar retirar à força os trabalhadores do plenário, durante a votação que aprovou o regime de urgência para o PLS 131. Nas sessões seguintes, a

FUP intensificou as mobilizações no Senado, conseguiu derrubar a urgência e, desde então, vem resistindo às manobras que tentam apressar a tramitação do projeto. A categoria não se intimidará com essas arbitrariedades. A luta em defesa do pré-sal é pra valer e os petroleiros farão o que for preciso para impedir que os entreguistas alterem o regime de partilha.

● **Defender a Petrobrás é defender o Brasil!**

Nova greve a caminho

No encontro com a presidente Dilma, a FUP deixou claro que os petroleiros farão o que for preciso para impedir o desmonte do Sistema Petrobrás e barrar a venda de ativos, que já está em curso na companhia. Em estado de greve, a categoria poderá cruzar os braços novamente, se a direção da empresa insistir em levar adiante o Plano de Gestão e Negócios, encomendado pelo mercado para "aumentar a rentabilidade imediata dos acionistas", como já admitiu publicamente Aldemir Bendine.

A FUP e seus sindicatos deram prazo até o dia 21 para que a Petrobrás se posicione sobre a pauta política apresentada à empresa no dia 07 de julho e que até hoje não foi respondida. Se as reivindicações não forem atendidas, a greve começará a ser construída no próximo Conselho Deliberativo que a Federação realizará até o final deste mês.

A categoria não permitirá que a Petrobrás seja gerida pelo



mercado, como vem fazendo Bendine e o seu Conselho de Administração. Em entrevista recente ao jornal Estado de São Paulo, o presidente da empresa deixou claro que o objetivo é desvincular a estatal do governo e direcioná-la para que dê lucro aos acionistas privados. E para isso, vale tudo, inclusive

acelerar a venda de ativos, os desinvestimentos e até mesmo a abertura de capital de outras subsidiárias, além da BR, como Bendine aventou na entrevista.

Será preciso uma greve para que o presidente da Petrobrás entenda que o maior acionista da empresa é o povo brasileiro? Que a estatal tem

compromisso com o país e não pode ser administrada como um banco?

A pauta política apresentada pela FUP à Petrobrás já apontou de que lado os trabalhadores estão: queremos o fortalecimento da estatal e não permitiremos que a nossa empresa seja desmantelada e entregue ao mercado.

Agenda Brasil é "caixinha de maldades"

No encontro com a presidente Dilma Rousseff, no último dia 13, os movimentos sociais criticaram duramente o pacote de medidas que o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB/AL), apresentou ao governo, como uma espécie de "salvação" para a crise política e econômica que o país atravessa. Considerada "positiva" pelo ministro da Fazenda, Joaquim Levy, as propostas que Renan teve a cara-

de-pau de batizar de Agenda Brasil estão muito mais para uma "caixinha de maldades".

A maioria das 28 medidas apresentadas significará um retrocesso tremendo para os direitos trabalhistas, a área ambiental, a saúde pública, entre outros setores do país. As propostas que Renan quer aprovar a toque de caixa no Congresso Nacional incluem regulamentação da terceirização, desoneração da folha

de pagamento para as empresas, reforma do PIS/Cofins, cobrança de procedimentos do SUS, idade mínima para aposentadoria, fim do Mercosul, independência para as agências reguladoras, revisão do marco jurídico do setor de mineração, revisão da legislação ambiental, revisão da demarcação das terras indígenas, revisão do modelo de gestão dos fundos de pensão, entre outras atrocidades.

Para a FUP e os movimentos so-

ciais, a Agenda Brasil é um pacote que atende aos empresários, pois tem por princípio a defesa do Estado mínimo, com corte de gastos em políticas e programas sociais; e a redução do chamado "custo Brasil", com a retirada de direitos trabalhistas. Ou seja, vai na linha da política econômica que Levy vem tentando implantar no país e contra a qual lutam a CUT, a CTB e demais centrais sindicais classistas.

PrimeiraMão

**Boletim da FEDERAÇÃO
ÚNICA DOS PETROLEIROS**
www.fup.org.br

Av. Rio Branco, 133/21º andar, Centro, Rio de Janeiro - ☎(21)3852-5002 imprensa@fup.org.br

Edição: Alessandra Murteira - MTb 16763 - Texto: Alessandra Murteira Projeto gráfico e diagramação:

Claudio Camillo - MTb 20478 Diretoria responsável por esta edição: Caetano, Chicão, Castellano, Chico Zé, Dary, Divanilton, Enéias, Leonardo Urpia, Leopoldino, Moraes, Silva, Silvaney, Simão, Ubiraney, Zé Maria.

● Não vai ter golpe!

Dia 20 nas ruas, em defesa dos direitos, da liberdade e da democracia

No dia 20 de agosto, a FUP e seus sindicatos estarão novamente nas ruas, defendendo a democracia e se contrapondo às tentativas de entrega do pré-sal e da Petrobrás. O país atravessa uma grave crise política, onde a direita vem se fortalecendo e ocupando espaço no Congresso Nacional, no Judiciário e nas ruas, atacando o estado democrático de direito e colocando em risco conquistas sociais. É preciso reagir.

A Marcha das Margaridas já deu o recado, levando para Brasília na última quarta-feira, 12, mais de 100 mil mulheres e militantes (foto), que se manifestaram em alto e bom som: não vai ter golpe! No dia seguinte, cerca de 1.500 lideranças de diferentes segmentos da sociedade organizada se reuniram com a presidente Dilma Rousseff para rechaçar a agenda reacionária da direita e reiterar que os movimentos sociais não se calarão diante de golpes, nem de retrocesso.

Juristas renomados também lançaram nesta última semana um manifesto pela manutenção da legalidade democrática e pelo

respeito ao voto. "Independente de posição político-partidária ou até mesmo de concordância com as políticas do atual governo, é preciso deixar claro que a tentativa de retirar a Presidente da República de seu cargo sem quaisquer elementos jurídicos para tal é um desrespeito inegável a ordem vigente e a soberania das urnas" destaca o documento.

O dia 20, portanto, será decisivo para a democracia e contra a ofensiva da direita. "Lutaremos contra a pauta conservadora imposta pelo Congresso, que promove o retrocesso político, o preconceito e a intolerância, retira direitos e entrega o patrimônio público a empresas estrangeiras. Faremos a defesa intransigente da Petrobrás, contra o projeto do Senador José Serra que altera o regime de partilha na exploração do Pré-Sal. A saída da crise é com o povo nas ruas defendendo a democracia, as reformas populares e uma política econômica coerente com o projeto vitorioso nas urnas", destacou a CUT, em sua convocatória para o dia 20.

Foto: Lula Marques



Mulheres de luta!

Considerada a maior manifestação pelos direitos das mulheres na América Latina, a Marcha das Margaridas é inspirada na luta da agricultora Margarida Maria Alves, líder sindical assassinada em 12 de agosto de 1983. Organizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, a marcha teve sua primeira edição em agosto de 2000. De lá para cá, transformou-se em um importante instrumento de mobilização não só das mulheres camponesas, como de todas as lutadoras dos movimentos sociais.

Além de reivindicações históricas das trabalhadoras brasileiras, a marcha deste ano cobrou reforma política e se contrapôs ao avanço do conservadorismo, criticando os ataques à democracia, a redução da maioria penal e a política econômica do governo. Mas o principal recado que a marcha deu este ano foi denunciar o golpismo e rearticular a unidade dos movimentos sociais, que estarão juntos nas ruas, novamente no dia 20. O Coletivo Nacional de Mulheres Petroleiras da FUP marcou presença entre as margaridas, destacando a luta pela igualdade de direitos e pelo empoderamento da mulher e também a defesa da Petrobrás e do pré-sal.

Foto: FUP

